

29.10.02

PETIÇÃO Nº 26/IX/1ª

A Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República

*Por determinação de Sua Excelência  
o Presidente da A. R., a 8ª  
Comissão*

PETIÇÃO

Assembleia da República Gabinete do Presidente
Nº de Ordem <u>4356</u>
Classificação
<u>18.01</u>
Data <u>29/10/02</u>

Excelência:

02.10.29

*Ruiz*

**ASSUNTO: FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO E ENCOBRIMENTO PELO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E MAIS DE DOIS ANOS PARA EXECUÇÃO DE DESPACHO DE RECONDUÇÃO A ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA DE ANTÓNIO NÖEL DE VASCONCELOS BARBOSA COM RETROACTIVOS A PARTIR DE 4 de JANEIRO DE 1972.**

António Nöel de Vasconcelos Barbosa, cidadão Nacional com o BI n.º 8014807, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa vem junto a Vossa Excelência relatar os seguintes factos, para que V. Exa. aprecie o trabalho executado pelo Excelentíssimo Senhor Eduardo Farinha, Chefe do Gabinete da Ministra de Estado e Finanças, do Ministério das Finanças e nova Secretária de Estado da Administração-Pública:

Antes da sua aposentação em 1 de Junho de 2001, em 7 de Novembro de 2000, chegou a Certidão n.º 135/2000 do Ministério da Finanças da República da Guiné-Bissau, (anexo 1), certificando as categorias exercidas nessa ex-Província Ultramarina, que enviou em carta registada com o número de Registo 27689, em Correio Azul do Terreiro do Paço em Lisboa (anexo), com o fim de se aposentar com a categoria que detinha na ex-Província Ultramarina da Guiné-Bissau, na categoria de 1.º, Oficial, o equivalente no Quadro actual a Assistente Administrativo Especialista.

1.º

O Senhor Chefe de Gabinete e outros falsificaram ou foi conivente na falsificação efectuada por outros do documento enviado a 7 de Janeiro de 2000.

Não obstante ter sido ele ou outros os responsáveis pela falsificação o Excelentíssimo Senhor Chefe do Gabinete do Ministério das Finanças é o único responsável pelo acto de falsificação do documento enviado.

Esta falsificação só foi configurada após ter pedido parecer a Excelentíssimo Procurador do Tribunal de Círculo de Lisboa, que aconselhou a pedir uma 2.ª. Via do seu requerimento pois que havia mais de um ano que havia entregue o requerimento ao Ministério das Finanças sem contudo ter qualquer resposta, e nessa fotocópia deparou que fora falsificado por máquina manual de dactilografia, existente na DGEMN, com marca «Remington», com as minúsculas avariadas e arrecada no sótão arquivo da Secção onde trabalhou, Expediente e Arquivo.

2.º

O requerente informa na 1.ª, linha, após o nome que é "Assistente Administrativo do Quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O Senhor Chefe de Gabinete não lê, (o que confirma, no seu entender, a sua conivência na falsificação), ou passa por alto o que é informado no Requerimento e despacha para a Secretaria de Estado do Orçamento um documento falsificado com a sua conivência, por outros:

Este requerimento deu entrada em 7 de Novembro de 2000 com o número 10940, COD. 277, Proe<sup>o</sup>. 29.30. de que foi informado a 12 de Novembro que o seu requerimento teria sido enviado à Secretaria de Estado do Orçamento a 10 de Novembro.

A Secretaria de Estado do Orçamento teria respondido em 25 de Janeiro de 2001 em protocolo com o número 687.

O Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete, Eduardo Farinha, durante 19 meses nada responde acerca do assunto ou do despacho dado a esse requerimento pois que desde 25 de Janeiro terá tido resposta do SEO ( e só o faz em 25 Junho 2002 )

Por estranhar tanta demora dirigiu-se o requerente ao Tribunal de Círculo de Lisboa onde foi informado que deveria insistir com o Ministério das Finanças para que lhe dessem uma resposta.

Insistência feita em 7 de Junho de 2002 ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Finanças solicitando uma resposta ao seu requerimento feito 18 meses antes, Depois de ter consultado o Expediente da Secretaria de Estado do Orçamento foi informado que teria sido respondido em 25 de Janeiro em Protocolo com o n<sup>o</sup>. 687.

A 14 de Junho de 2002 recebe uma resposta espantosa!

Como pode V. Exa. verificar pelos documentos em anexo, o Excelentíssimo Senhor Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Senhora Ministra de Estado e das Finanças, o digníssimo Senhor Eduardo J. Farinha pretende que UM ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO QUADRO DO PESSOAL DA DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1<sup>a</sup>. linha a seguir ao nome do requerente) solicitaria a sua "RECONDUÇÃO A ASSISTENTE ADMINISTRATIVO" que já detinha na DGEMN.

E passaram 19 meses sem ver a sua categoria reposta para efeitos de aposentação que teria de ser vinculada à sua Aposentação e pagamento dos retroactivos de 31 anos, em que sofreu perseguições políticas, sociais, administrativas e familiares, que a todos os níveis o têm prejudicado, humilhado e vexado.

Por sugestão de um dignitário da Polícia Judiciária onde pretendia apresentar o caso para ser investigado aconselhou o requerente a passar por alto essa falsificação e voltasse a fazer novo requerimento ao Ministério das Finanças, pois que o caso seria investigado, não se chegaria a quaisquer conclusões e o processo voltaria a ser re-analizado e daqui a 10 anos obteria a recondução.

Feito novo requerimento em 1.07.2002 à Exm<sup>a</sup>. Senhora Ministra de Estado das Finanças , e apresentado o curriculum vitae e uma Publica Forma do documento é com revolta e indignação que vê a Senhora Ministra enviar para a Senhora Secretária de Estado da Administração-Pública mandar o Chefe de Gabinete, Arnaldo M.R. Pereira Coutinho, em 07 de Agosto de 2002, com o n<sup>o</sup>. 002736, esclarecer o que já havia requerido em 1 de Julho de 2002: A recondução à categoria de Assistente Administrativo Especialista que já detinha em 1971 na ex-Província Ultramarina da Guiné-Bissau, e os fundamentos que lhe subjazem como se não houvessem já elementos suficiente jazendo e subjazendo em 31 anos de prejuízos na carreira, e na sua vida.

Remete em 20 de Agosto de 2002 os esclarecimentos pedidos e os «motivos que lhe subjazem» (Termo rebuscado para aparentar competência) na incompetência para ler e interpretar um requerimento.

Em 18 de Setembro remete a Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Administração-Pública um requerimento a solicitar o despacho exarado à sua pretensão e não obtendo resposta dentro dos prazos da Lei e passado mais de um mês pressupõe indeferimento tácito, vem requerer ao Meritíssimo Presidente da Assembleia da República que informe o requerente, se é razoável esperar dois anos por uma recondução que só não foi levada a efeito em 1979, aquando da Reestruturação do Instituto Nacional de Estatística, porque do Ministério das Finanças da República da Guiné-Bissau enviou o tempo de serviço prestado na ex-Província Ultramarina da Guiné-Bissau sem informar dos cargos e categoria aí obtidos no exercício de funções.

No Instituto Nacional de Estatística em Dezembro já recebeu o ordenado conformado com a actualização das diuturnidades, após ter entregue a documentação em Setembro

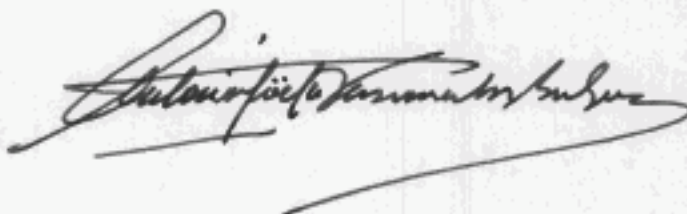
Actualmente o Ministério das Finanças não sabe interpretar textos dos requerimentos, não vacila em falsificar documentos à sua guarda, deambula com essa falsificação pelos Ministérios e Caixa Geral de Aposentações com que fim ? Sonegar direitos dos cidadão que à mingua de ordenado não o possam fazer pagar os seus crimes ? Ficam impunes e até são depois nomeados a altos cargos da nação ?

É esta competência dos funcionários que decidem da vida e morte dos cidadãos, pois até na reforma continuam as perseguições político-administrativas, pois não tem dinheiro para uma "Acção de Reconhecimento de Direito" contra o Ministério das Finanças.

Espero uma urgente intervenção de Vossas Excelências

Com os melhores cumprimentos

Lisboa, 29 de Outubro de 2002



Junta o Processo com os elementos enviados ao Ministério das Finanças e Administração-Pública.

Constando de:

1 «Curriculum Vitæ »

Documento. 1 Certidão nº. 190/86  
Certidão nº. 135/200  
respectivos recibos e autenticação notarial

Documento. 2 Requerimento enviado em 7 de Novembro de 2000  
A FALSIFICAÇÃO EFECTUADO NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE LISBOA

Documento 3 Despachos:  
Do Chefe de Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças

Documento 4 Requerimento de 7 de Junho de 2002-10-29

Documento 5 Requerimento de 17 de Junho

Documento 6 Requerimento sem data entregue à Exm<sup>a</sup>. Snr. Secretária da Senhora Ministra de Estado e das Finanças

Documento 7 Despacho e resposta à Senhora Secretária de Estado da Administração-Pública

Documento 8 Requerimento sem resposta